



Propriedade Intelectual

Origem e Formação do Sistema Internacional

Uma análise jurídica dos fundamentos, desafios e perspectivas na era digital.

 por Marcos Wachowicz

Ementa da Aula

Formação do Sistema Internacional

Evolução histórica e objetivos da tutela jurídica dos bens intelectuais

Direitos Fundamentais

Direitos Industriais e Direitos Autorais: conceitos e aplicações

Marcos Regulatórios

Convenções internacionais e acordos que estruturam o sistema global

Organismos Internacionais

Entidades que regulamentam e promovem a propriedade intelectual

Impactos da Digitalização

Transformações e desafios na sociedade informacional

Perspectivas Futuras

Desafios éticos e jurídicos na proteção dos bens intelectuais

Por que estudar Propriedade Intelectual ?

Em um mundo cada vez mais globalizado e digital, a proteção dos bens intelectuais tornou-se fundamental para o desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico das nações.

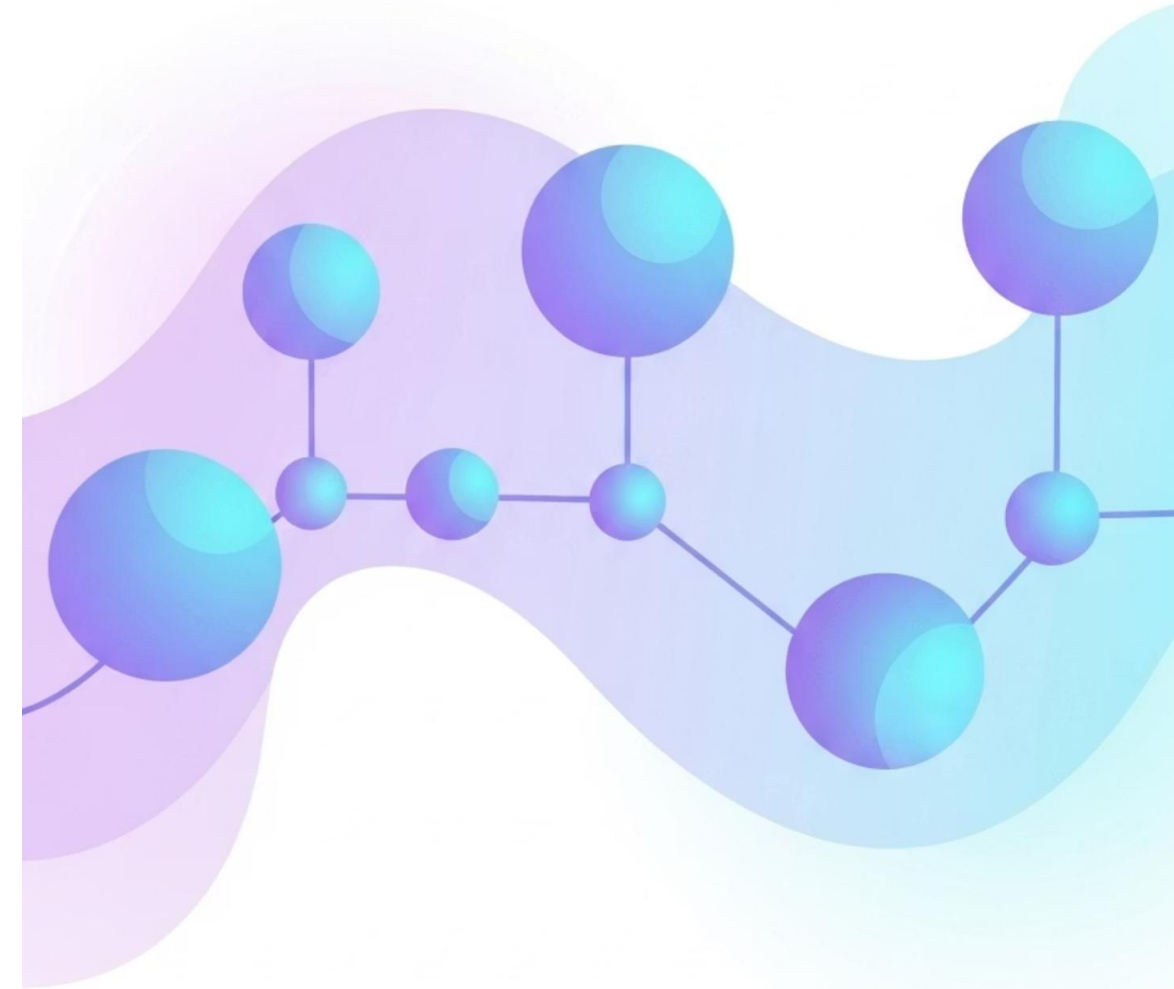
Compreender o sistema internacional de propriedade intelectual é essencial para juristas que atuarão em um mercado sem fronteiras.

PATEN

Formação do Sistema Internacional de Tutela Jurídica dos Bens Intelectuais

A construção de um sistema internacional para proteção da propriedade intelectual surgiu da necessidade de estabelecer uma estrutura juridicamente uniforme em um mundo cada vez mais conectado.

Este sistema evoluiu como resposta à crescente globalização do conhecimento e à necessidade de proteger os direitos dos criadores e inventores além das fronteiras nacionais.

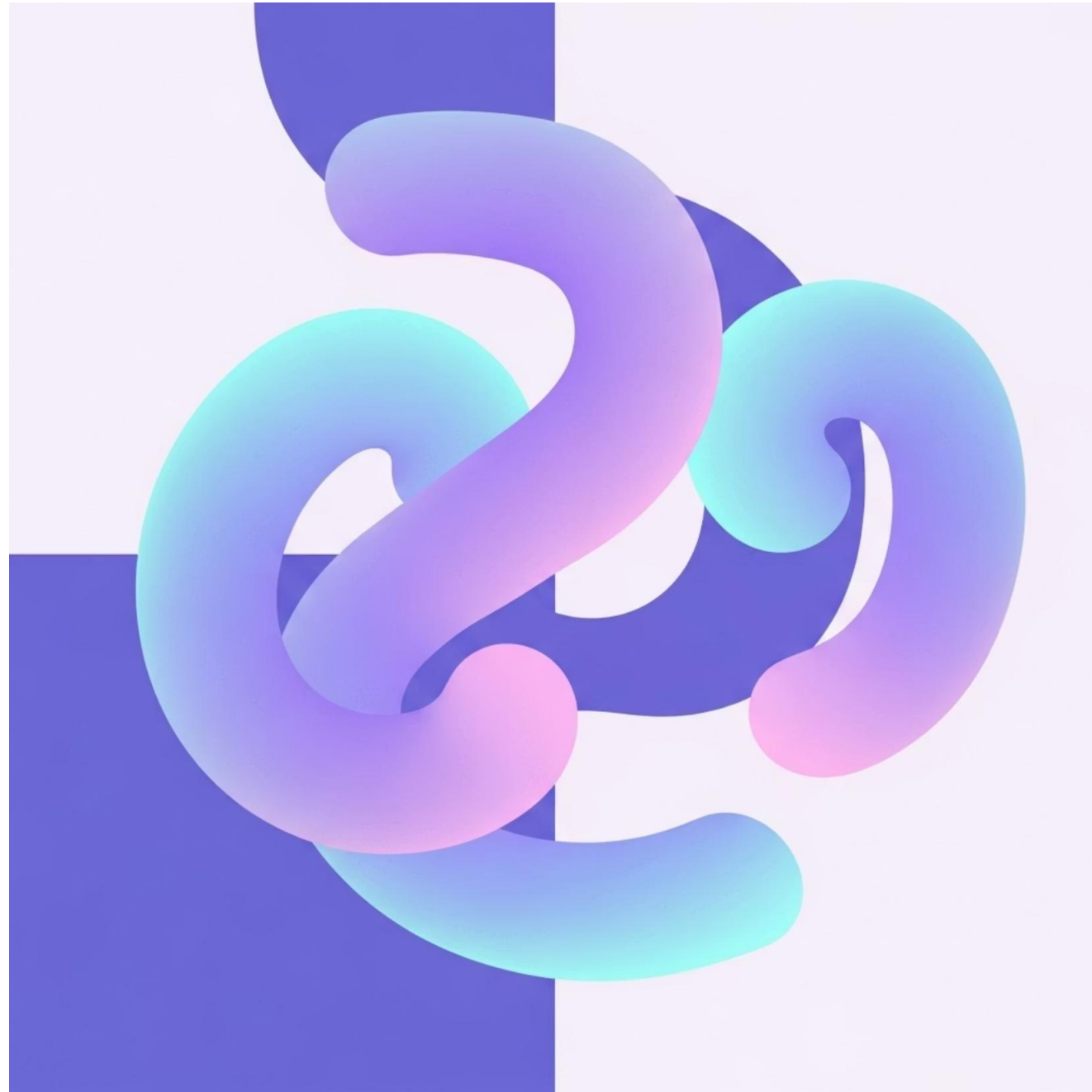


Evolução Histórica da Proteção Internacional



Esta evolução reflete a crescente percepção da propriedade intelectual como elemento estratégico para o desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico das nações.

Objetivos Principais do Sistema Internacional



- **Segurança Jurídica**
Garantir proteção previsível e uniforme aos titulares de direitos intelectuais em diferentes jurisdições
- **Incentivo à Inovação**
Estimular a criatividade e o desenvolvimento tecnológico através de garantias de exclusividade temporária
- **Fomento à Circulação**
Promover a transferência internacional de tecnologia e conhecimento em bases juridicamente seguras

O Papel dos Acordos Internacionais

Os acordos internacionais de propriedade intelectual estabelecem padrões mínimos que devem ser respeitados pelos países signatários, criando um sistema harmonizado que facilita:

Reconhecimento Recíproco

Garantia de que direitos adquiridos em um país sejam reconhecidos em outros

Previsibilidade Jurídica

Estabelecimento de princípios comuns que orientam as legislações nacionais

Resolução de Conflitos

Criação de mecanismos para solucionar disputas internacionais sobre bens intelectuais

Pàg 2

A Dicotomia Fundamental

Direitos Industriais e Direitos Autorais



Direitos Industriais e Direitos Autorais

Noções Fundamentais

A propriedade intelectual tradicionalmente se divide em dois grandes ramos, cada um com características e objetivos distintos, porém complementares no sistema jurídico internacional.

Direitos Industriais

Protegem criações com aplicabilidade industrial e comercial, como patentes, marcas e desenhos industriais

Direitos Autorais

Tutelam obras intelectuais de caráter artístico, literário ou científico, garantindo direitos morais e patrimoniais aos criadores

Categorias Principais de Direitos Industriais



Patentes

Proteção de invenções técnicas que apresentem novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Conferem exclusividade temporária (geralmente 20 anos) para exploração da solução técnica.



Desenhos Industriais

Proteção da forma ornamental de um objeto ou do conjunto ornamental de linhas e cores aplicável a um produto, proporcionando resultado visual novo e original.



Marcas

Sinais distintivos que identificam produtos ou serviços no mercado, diferenciando-os da concorrência. Podem ser nominativas, figurativas, mistas ou tridimensionais.



Indicações Geográficas

Identificação de produtos ou serviços cujas qualidades ou reputação se devem à sua origem geográfica específica, como o Champagne francês ou o Queijo do Serro.

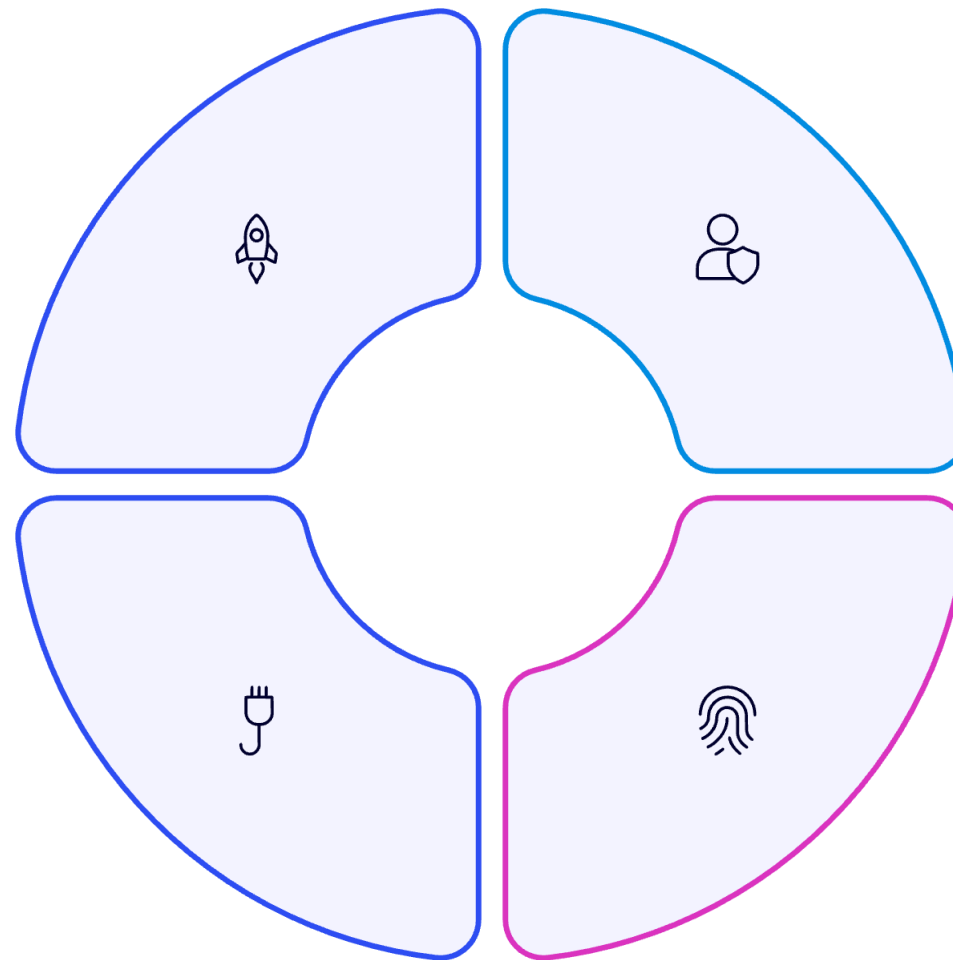
Função dos Direitos Industriais

Estímulo à Inovação

Incentiva investimentos em pesquisa e desenvolvimento ao garantir retorno financeiro através da exclusividade temporária

Transferência Tecnológica

Facilita a circulação e licenciamento de tecnologias em bases juridicamente seguras



Exclusividade de Mercado

Concede ao titular o direito de impedir terceiros de explorar comercialmente sua criação sem autorização

Identificação no Mercado

Permite a construção de identidade e reputação para produtos e serviços através de sinais distintivos

Direitos Autorais

Abrangência

Os direitos autorais protegem obras intelectuais que sejam expressões originais em diversos campos:

- Obras literárias (livros, artigos, poesia)
- Obras artísticas (música, pintura, escultura, fotografia)
- Obras científicas (artigos acadêmicos, estudos)
- Programas de computador (software)
- Obras audiovisuais (filmes, documentários)

A proteção incide sobre a **forma de expressão**, não sobre as ideias, procedimentos, métodos ou conceitos matemáticos em si.



Direitos Autorais: Conceito e Extensão

Os **direitos autorais** protegem as **criações do espírito humano de natureza literária, artística ou científica**, independentemente do meio em que estão fixadas.

Diferentemente dos direitos industriais, a **proteção autoral surge automaticamente com a criação da obra, independentemente de registro**, e apresenta uma dimensão moral ([Direito Moral do Autor](#) - ligado à personalidade do autor) além da dimensão patrimonial.

A duração da proteção geralmente **se estende por toda a vida do autor mais 70 anos após sua morte**, variando conforme a legislação nacional, para após entrar em [Domínio Público](#).



Características dos Direitos Autorais

Dupla Natureza

Compreende direitos morais (inalienáveis e imprescritíveis) e patrimoniais (transferíveis e temporários)

Proteção Automática

A proteção independe de registro formal, surgindo no momento da criação da obra em forma tangível

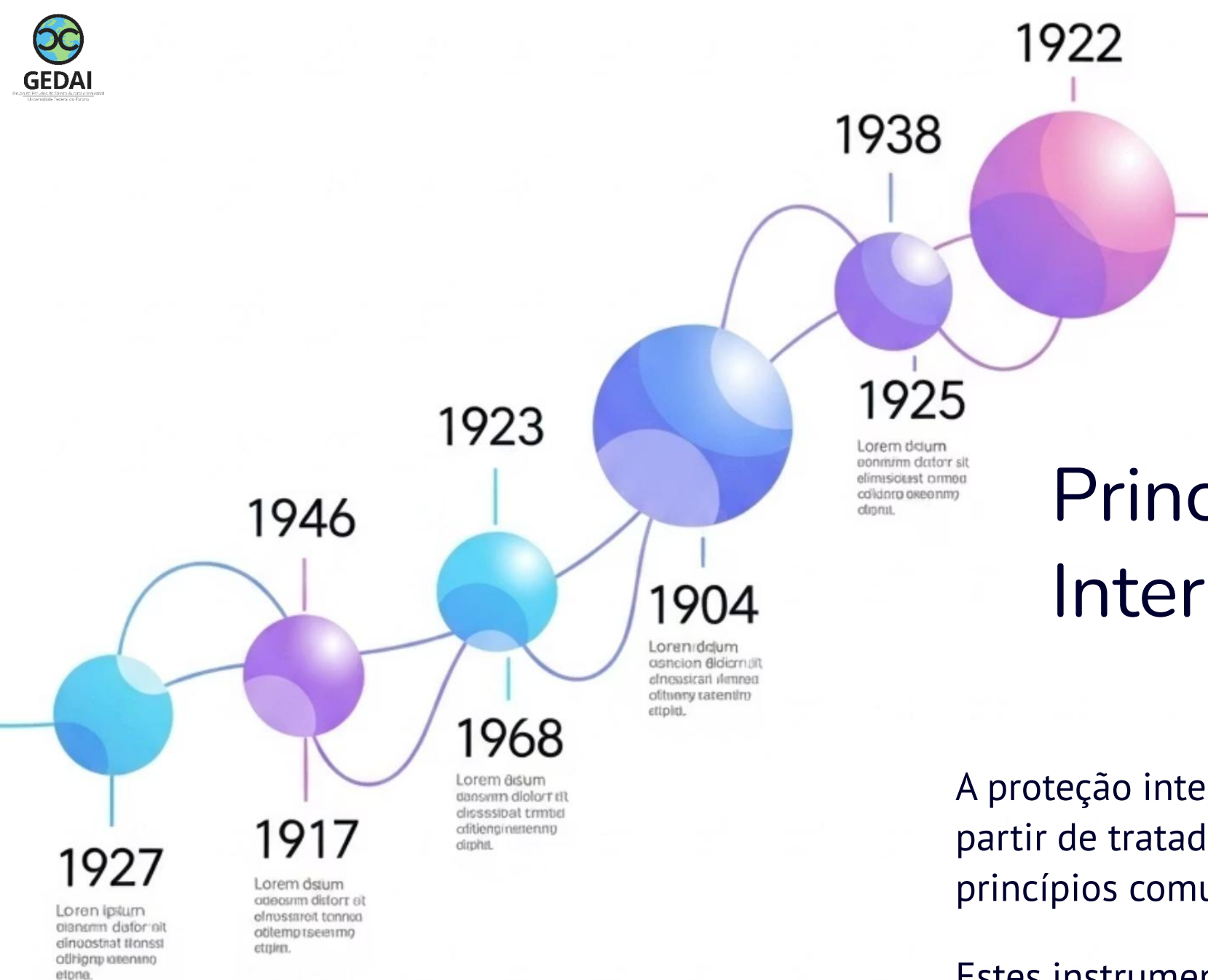
Limitações e Exceções

Prevê usos permitidos sem autorização (uso educacional, citações) para equilibrar interesses privados e públicos

Duração Extensa

Proteção patrimonial geralmente se estende por toda a vida do autor mais 70 anos após sua morte

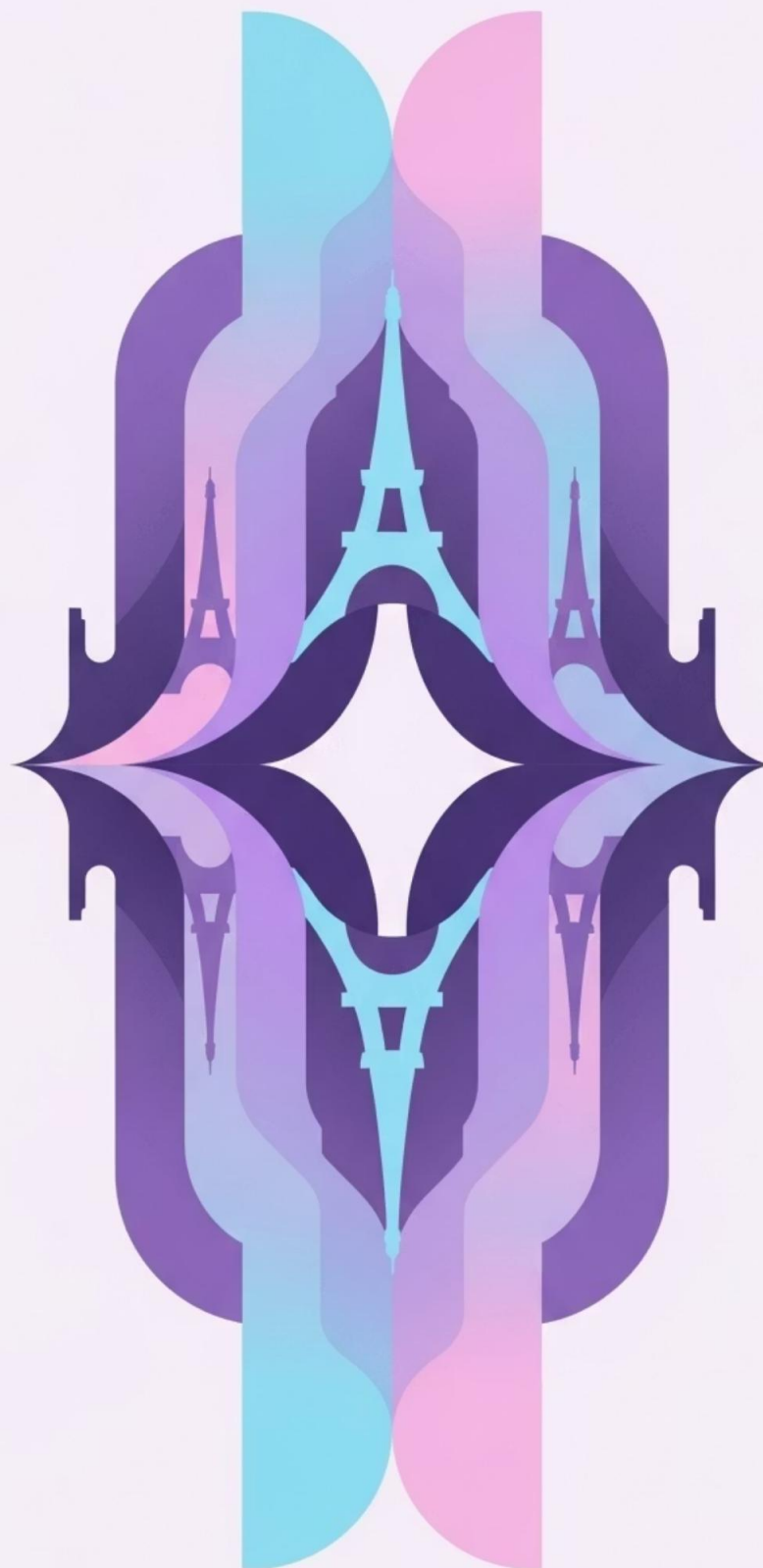
Estes direitos garantem o reconhecimento moral e patrimonial do autor, incentivando o desenvolvimento cultural e a diversidade criativa na sociedade.



Principais Marcos Regulatórios Internacionais

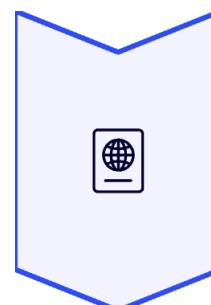
A proteção internacional da propriedade intelectual se estrutura a partir de tratados e convenções que estabelecem padrões mínimos e princípios comuns entre as nações.

Estes instrumentos formam a espinha dorsal do sistema global de proteção aos bens intelectuais, evoluindo ao longo do tempo para responder aos desafios tecnológicos e comerciais.



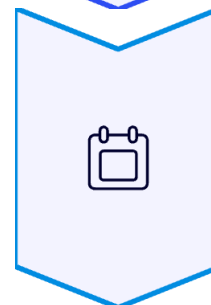
Convenção de Paris (1883)

Primeiro acordo multilateral para proteção da propriedade industrial



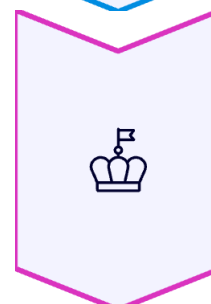
Tratamento Nacional

Cidadãos estrangeiros recebem o mesmo tratamento concedido aos nacionais em matéria de propriedade industrial



Direito de Prioridade

Após primeiro depósito em um país membro, o requerente tem 12 meses para solicitar proteção em outros países com data retroativa



Independência

Patentes concedidas em diferentes países para a mesma invenção são independentes entre si

A Convenção de Paris permanece como um dos pilares fundamentais do sistema internacional de proteção à propriedade industrial, tendo sido revisada diversas vezes para acompanhar a evolução tecnológica e comercial.

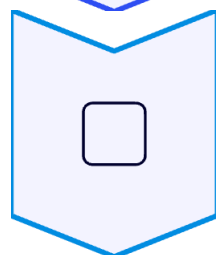
Convenção de Berna (1886)

Marco fundamental para a proteção internacional dos direitos autorais



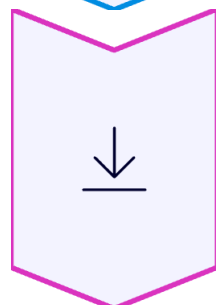
Proteção Automática

Obras são protegidas independentemente de formalidades como registro ou depósito



Tratamento Nacional

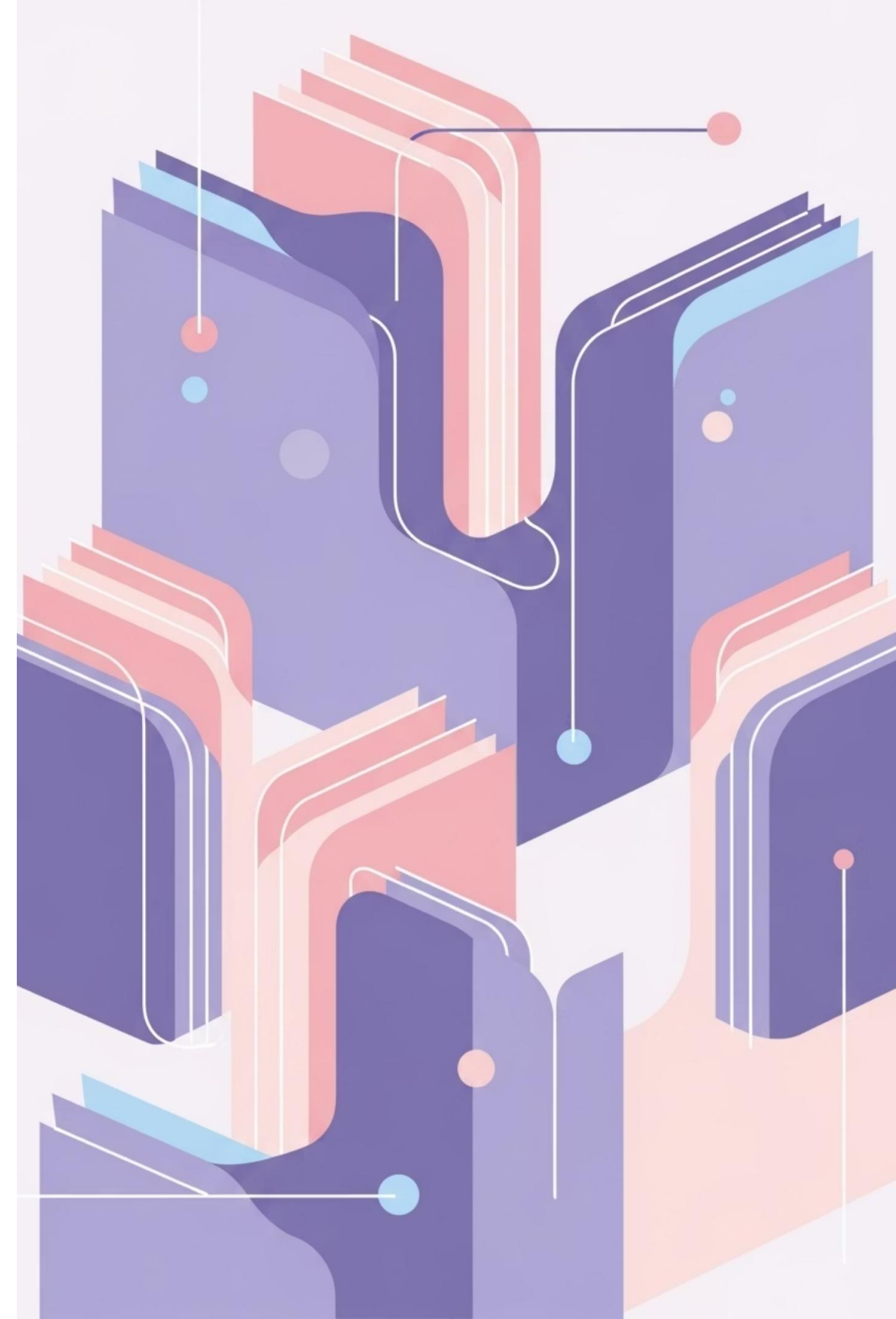
Autores estrangeiros recebem a mesma proteção concedida aos nacionais



Padrões Mínimos

Estabelece proteção mínima que deve ser garantida pelas legislações nacionais

A Convenção de Berna estabeleceu os princípios fundamentais que ainda hoje orientam a proteção internacional dos direitos autorais, garantindo o reconhecimento dos direitos morais e patrimoniais dos autores.



Comparativo: Direitos Industriais vs. Direitos Autorais

Aspecto	Direitos Industriais	Direitos Autorais
Objeto de proteção	Invenções, marcas, desenhos com aplicação industrial	Expressões literárias, artísticas e científicas
Requisito de registro	Constitutivo (proteção nasce do registro)	Declaratório (proteção nasce com a criação)
Prazo de proteção	Temporário (20 anos para patentes, renovável para marcas)	Vida do autor + 70 anos (em média)
Finalidade principal	Proteção do investimento em inovação tecnológica e distintividade comercial	Proteção da expressão criativa e reconhecimento moral do autor
Dimensão moral	Inexistente ou limitada	Forte (direito à paternidade, integridade da obra)

Acordo TRIPS (1994)

Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

Administrado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o Acordo TRIPS representa a integração definitiva da propriedade intelectual no sistema do comércio internacional.

Abrangência Ampla

Incorpora e expande os princípios das Convenções de Paris e Berna, incluindo novas categorias como software e circuitos integrados

Padrões Mínimos

Estabelece níveis mínimos de proteção que devem ser garantidos nas legislações nacionais dos membros da OMC

Enforcement

Exige que os países implementem procedimentos eficazes para aplicação dos direitos de propriedade intelectual

Resolução de Controvérsias

Submete disputas ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC, com possibilidade de sanções comerciais

Impacto do Acordo TRIPS

O TRIPS representou uma mudança paradigmática na proteção internacional da propriedade intelectual, ao:

- Elevar os padrões globais de proteção
- Estabelecer mecanismos efetivos de enforcement
- Vincular a propriedade intelectual ao comércio internacional
- Impor obrigações de implementação com prazos definidos
- Criar consequências comerciais para o descumprimento

Estas características tornaram o TRIPS o mais abrangente e efetivo acordo multilateral de propriedade intelectual até hoje.

Outros Acordos Internacionais Relevantes

Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT)

Simplifica o processo de depósito internacional de patentes, permitindo um único pedido com efeito em múltiplos países

Protocolo de Madri

Facilita o registro internacional de marcas mediante um único pedido com efeito em múltiplas jurisdições

Tratado de Budapeste

Estabelece o reconhecimento internacional do depósito de microrganismos para fins de procedimentos de patentes

Tratado da OMPI sobre Direito de Autor (WCT)

Atualiza a proteção de direitos autorais para a era digital, incluindo programas de computador e bases de dados

Tratado da OMPI sobre Interpretações e Fonogramas (WPPT)

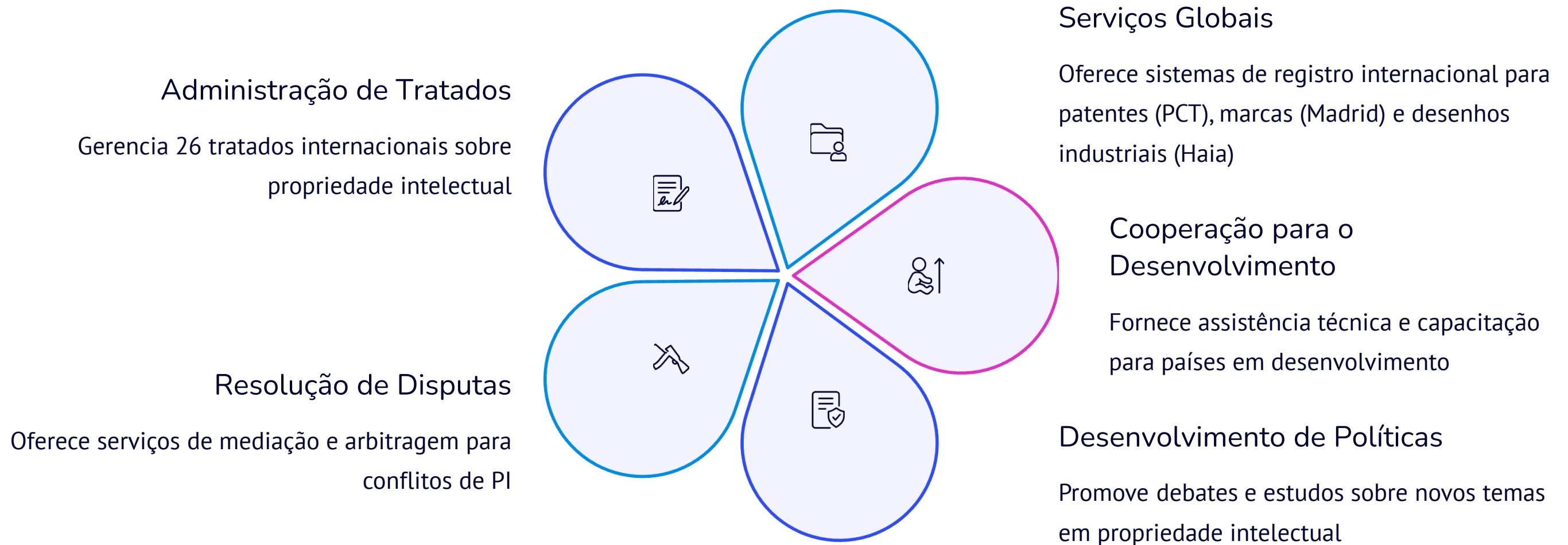
Protege os direitos dos artistas intérpretes e produtores de fonogramas no ambiente digital

Convenção Internacional para Proteção de Novas Variedades de Plantas (UPOV)

Estabelece sistema de proteção para novas variedades vegetais desenvolvidas por melhoramento genético



Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)



A OMPI é uma agência especializada da ONU com sede em Genebra, Suíça, contando atualmente com 193 Estados-membros.

Organização Mundial do Comércio (OMC)



Papel na Propriedade Intelectual

- Administra o Acordo TRIPS, integrando a PI ao sistema do comércio internacional
- Supervisiona a implementação dos padrões mínimos de proteção pelos Estados-membros
- Disponibiliza mecanismo de solução de controvérsias com poder de sanção
- Promove assistência técnica aos países em desenvolvimento para implementação do TRIPS
- Facilita negociações sobre novos temas relacionados à PI no comércio internacional

A OMC trouxe efetividade à proteção internacional da PI ao vincular direitos intelectuais a sanções comerciais.

Outros Organismos Relevantes



UNCITRAL

A Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional trabalha na harmonização de normas relacionadas ao comércio eletrônico e transferência de tecnologia.

Desenvolve leis-modelo que influenciam legislações nacionais sobre aspectos comerciais da propriedade intelectual.



UNESCO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura atua na proteção do patrimônio cultural imaterial e conhecimentos tradicionais.

Administra a [Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais](#) (2005), que impacta a aplicação dos direitos autorais.

Outros organismos como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) também influenciam debates específicos sobre propriedade intelectual em suas respectivas áreas.

Transformações na Sociedade Informacional

Impactos da Digitalização na Propriedade Intelectual



A revolução digital impôs desafios sem precedentes ao sistema tradicional de propriedade intelectual, exigindo uma revisão de conceitos, princípios e instrumentos jurídicos.

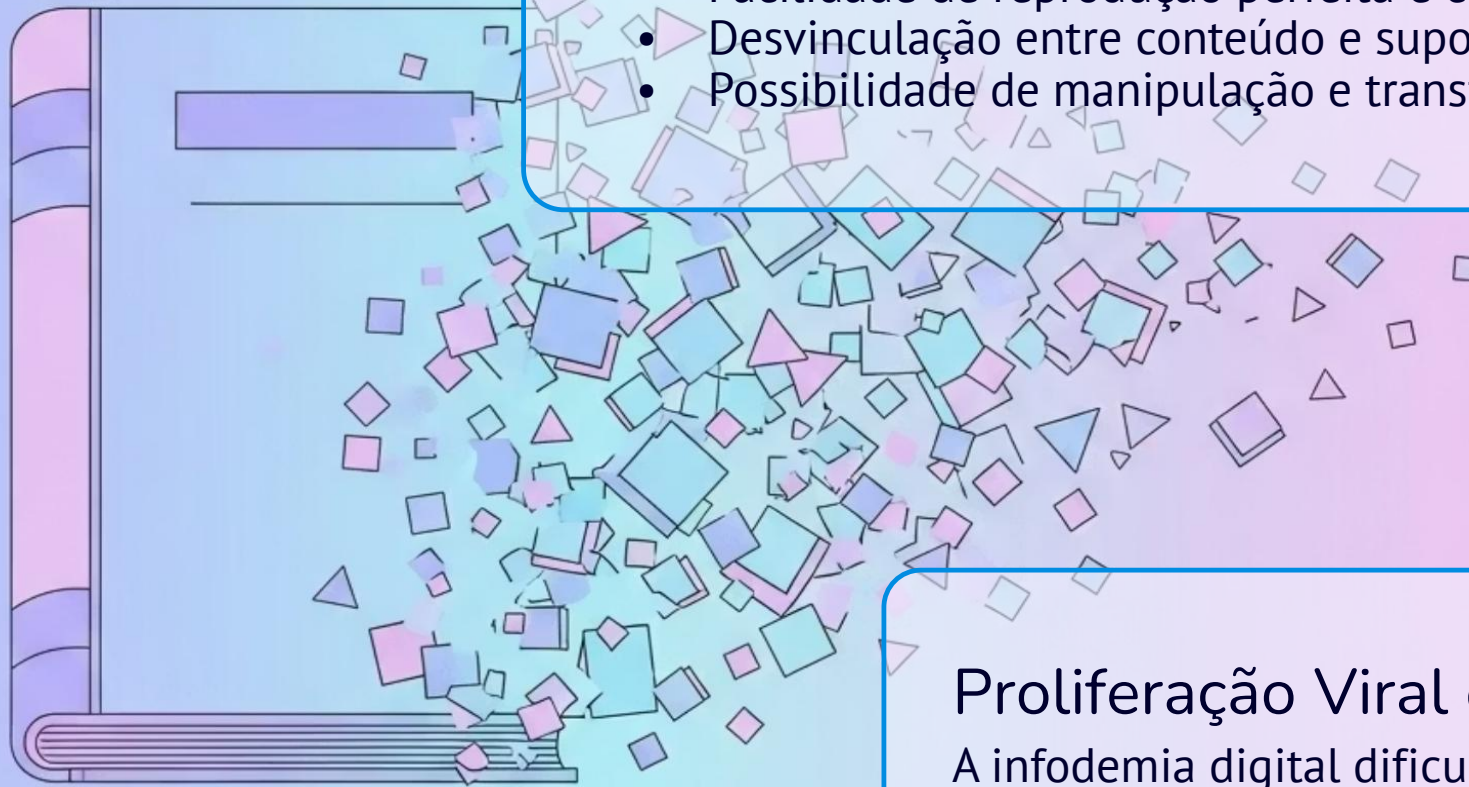
As novas dinâmicas de criação, distribuição e consumo de bens intelectuais no ambiente digital demandam adaptações profundas nos mecanismos de proteção e incentivo à inovação.

Transformação da Esfera Pública e do Acesso à Informação

Digitalização dos Bens Intelectuais

A migração para o ambiente digital provocou mudanças fundamentais na natureza dos bens intelectuais:

- Transição do formato estruturado e linear do livro para fluxos rizomáticos de informação digital
- Facilidade de reprodução perfeita e custo marginal próximo a zero
- Desvinculação entre conteúdo e suporte físico
- Possibilidade de manipulação e transformação instantânea das obras



Proliferação Viral de Informação

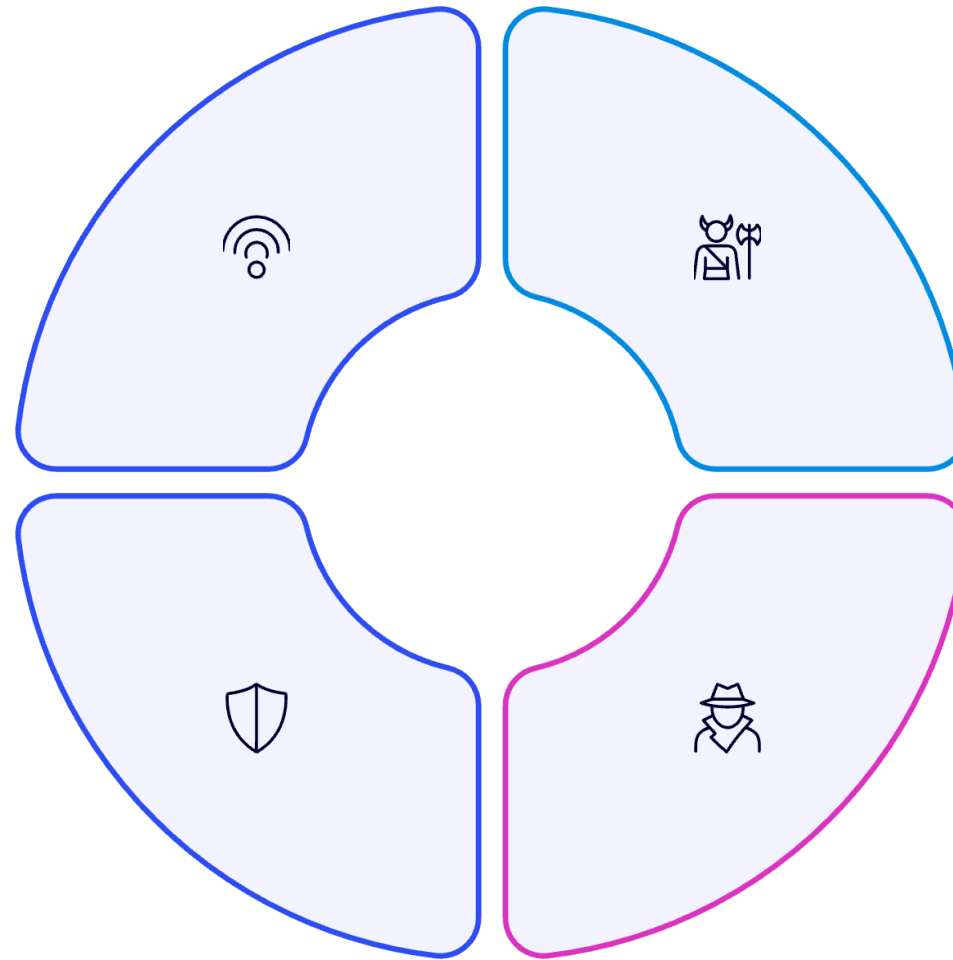
A infodemia digital dificulta o controle e a garantia da autoria, criando desafios para:

- Rastreabilidade da origem do conteúdo
- Atribuição correta de autoria
- Identificação de violações de direitos
- Controle sobre usos não autorizados

Fragmentação e Tribalização do Espaço Digital

Bolhas Informacionais
Algoritmos filtram e direcionam conteúdo baseado em preferências prévias, criando barreiras à circulação livre de bens intelectuais

Esfera Pública Fragmentada
Dificuldade em estabelecer um espaço comum de diálogo racional que sustente o reconhecimento social dos criadores



Tribalização Digital

Formação de comunidades fechadas onde a informação se torna símbolo identitário, não fonte de conhecimento universal

Teorias Conspiratórias

Proliferação de narrativas alternativas que desafiam o conhecimento científico e cultural legitimado institucionalmente

Estes fenômenos dificultam o diálogo global esperado pelos sistemas internacionais de PI e comprometem a função social da propriedade intelectual.

Inadequação dos Modelos Tradicionais



Fluxo Acelerado de Informações

O ritmo vertiginoso de criação e disseminação de conteúdo nas redes digitais:

- Ultrapassa a capacidade de fiscalização dos sistemas tradicionais
- Desafia os mecanismos de legitimação e reconhecimento de autores e inventores
- Torna obsoletos processos burocráticos de registro e concessão de direitos
- Questiona o equilíbrio entre proteção e acesso público ao conhecimento



A lógica de controle centralizado dos modelos tradicionais de PI enfrenta crescente dificuldade em um mundo de produção e distribuição descentralizada de conteúdo.

Desafios para a Racionalidade Digital e a Crise da Verdade

Crise da Democracia

A fragmentação do espaço público digital compromete o debate racional sobre políticas de propriedade intelectual e sua função social

Crise da Verdade

O questionamento sistemático de fontes institucionais de conhecimento afeta a legitimidade dos sistemas de validação científica e cultural

Excesso de Informação

A sobrecarga informacional dificulta o discernimento sobre autoria, originalidade e plágio, elementos centrais do Direito da Propriedade Intelectual

Automação e IA

Tecnologias como inteligência artificial desafiam concepções tradicionais de autoria e originalidade baseadas na criatividade humana

Estes fenômenos evidenciam a necessidade de uma revisão crítica das formas de reconhecimento e defesa dos direitos intelectuais na era digital.

Perspectivas Futuras e Desafios Éticos

Proteção/Tutela Jurídica dos Bens Intelectuais na Sociedade Informacional

O sistema internacional de propriedade intelectual enfrenta o desafio de se adaptar à realidade digital sem perder seus objetivos fundamentais:

- Incentivar a inovação e a criatividade
- Garantir segurança jurídica aos criadores e investidores
- Promover a circulação do conhecimento e da cultura
- Equilibrar interesses privados e públicos

Esta adaptação exige não apenas ajustes técnicos, mas uma profunda reflexão ética sobre o papel da propriedade intelectual na sociedade informacional.

Necessidade de Atualização dos Instrumentos Jurídicos

Flexibilidade Normativa

Desenvolvimento de instrumentos jurídicos mais adaptáveis à rápida evolução tecnológica e às novas formas de criação e consumo

Equilíbrio de Interesses

Revisão do balanceamento entre proteção dos titulares e democratização do acesso à cultura e informação no ambiente digital

Modelos Alternativos

Reconhecimento de sistemas complementares como Creative Commons, software livre e ciência aberta como parte do ecossistema de propriedade intelectual

Governança Multissetorial

Inclusão de diversos atores sociais no desenvolvimento de políticas de propriedade intelectual, além dos Estados e grandes corporações

A crise democrática e a mudança na lógica comunicativa impõem uma reconsideração profunda dos fundamentos e mecanismos da propriedade intelectual.

Balanceamento entre Inovação, Direitos Autorais e Acesso

Incentivo à Inovação

O sistema de propriedade intelectual deve continuar estimulando a criatividade e o desenvolvimento tecnológico, considerando:

- Novas dinâmicas de inovação colaborativa e aberta
- Modelos de negócio baseados em plataformas e serviços
- Processos criativos assistidos por inteligência artificial
- Fenômenos de cocriação e remixagem de conteúdos

Papel das Plataformas Digitais

Os intermediários tecnológicos assumem papel central na circulação de bens intelectuais:

- Responsabilidade na fiscalização de conteúdos
- Transparência nos algoritmos de recomendação
- Remuneração justa aos criadores de conteúdo
- Respeito à liberdade de expressão e acesso à informação



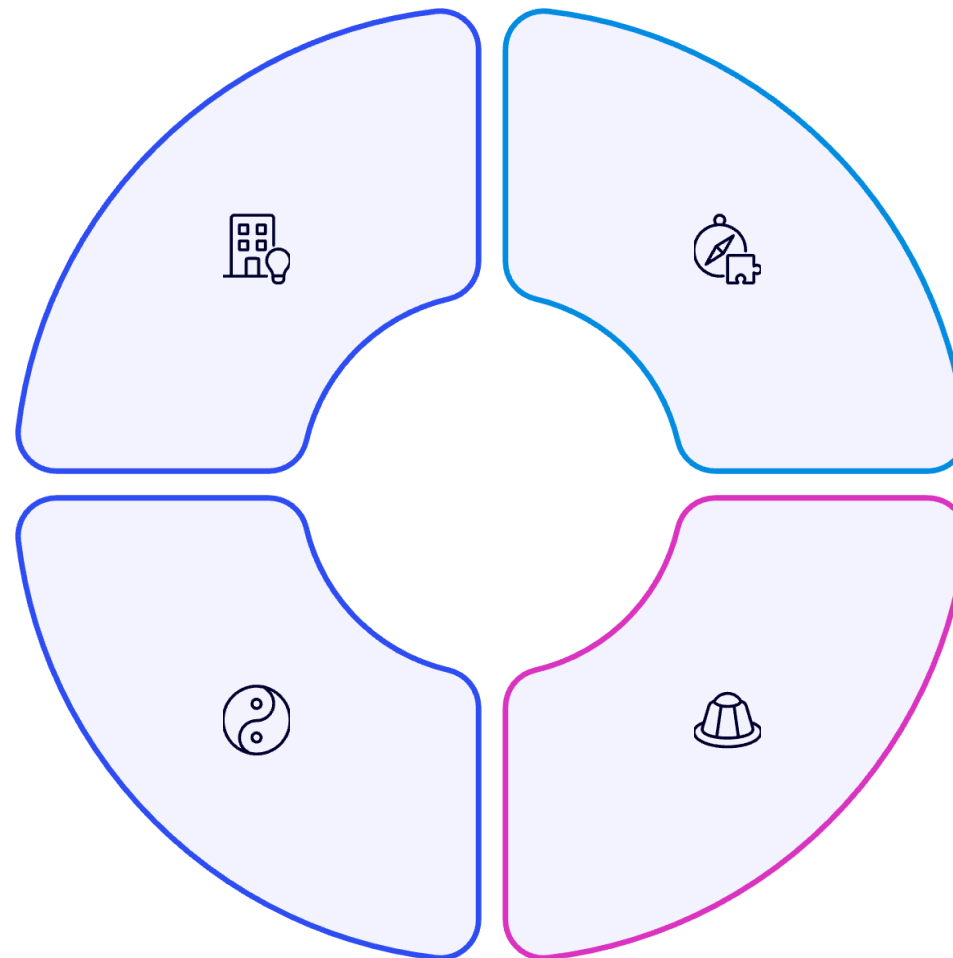
Ética, Transparência e Participação Crítica

Superação da Atomização

Construção de pontes entre comunidades digitais fragmentadas para restaurar diálogo e reconhecimento mútuo

Empatia e Escuta Ativa

Fomento à capacidade de diálogo genuíno e consideração de múltiplas perspectivas no debate sobre PI



Alfabetização Digital Crítica

Desenvolvimento de capacidades para avaliar informações, reconhecer fontes confiáveis e respeitar direitos intelectuais

Transparência Algorítmica

Compreensão e controle democrático sobre sistemas algorítmicos que filtram e distribuem conteúdo intelectual

A construção de uma esfera pública digital que respeite os **direitos culturais e intelectuais requer esforços educacionais, tecnológicos e políticos coordenados.**

Novos Paradigmas para a Propriedade Intelectual Digital

Licenças Flexíveis

Expansão de modelos como Creative Commons que permitem aos criadores compartilhar suas obras com diferentes graus de permissão

Acesso Aberto

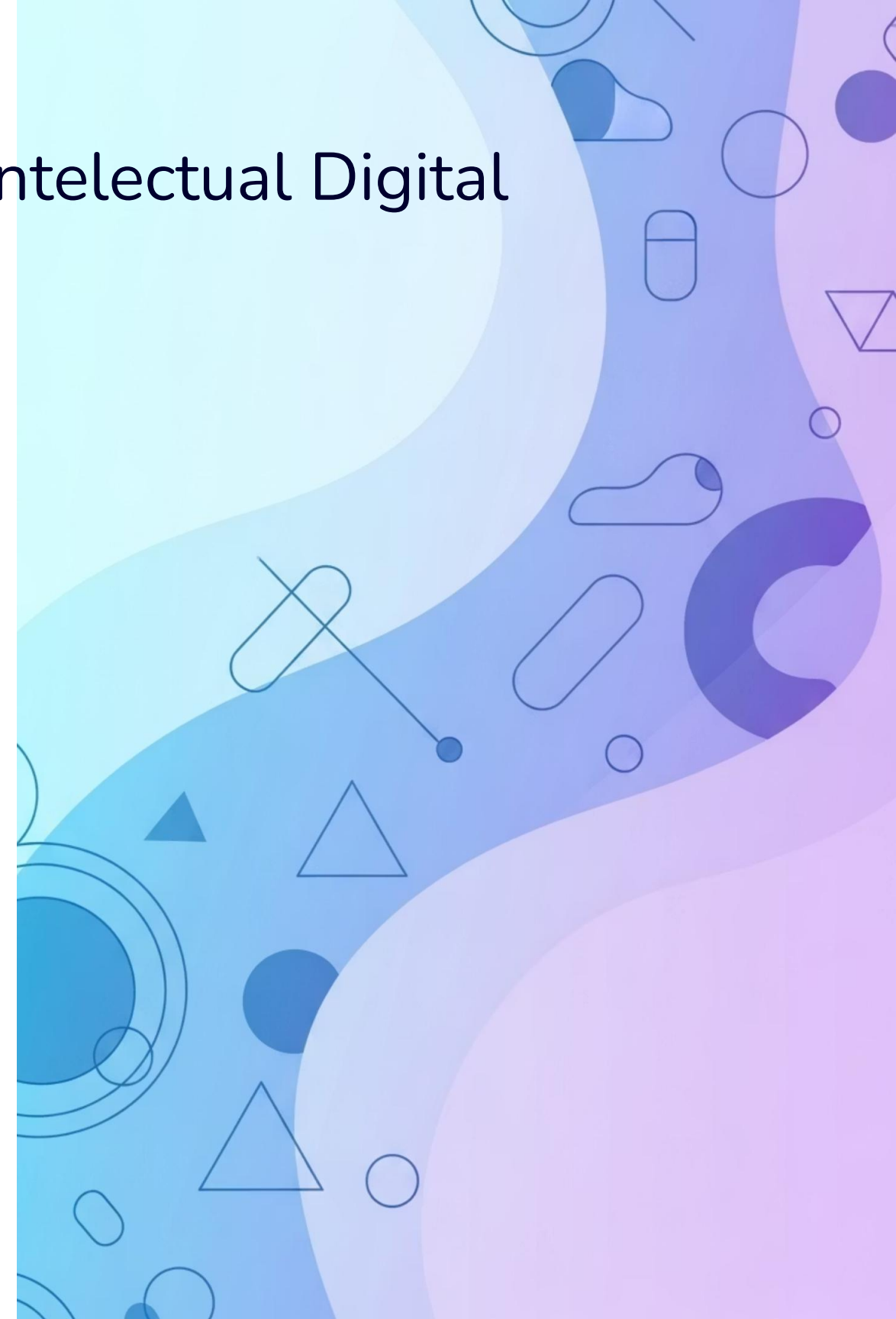
Fortalecimento de iniciativas de ciência aberta e publicação acadêmica de acesso livre para democratizar o conhecimento científico

Remuneração Alternativa

Desenvolvimento de modelos de compensação para criadores que não dependam exclusivamente do controle restritivo de cópias

Tecnologias de Rastreamento

Uso de blockchain e outras tecnologias para garantir atribuição precisa e transparente de autoria em ambientes digitais



Desafios Emergentes para a Propriedade Intelectual

Inteligência Artificial

- Proteção de obras criadas por IA
- Direitos sobre dados de treinamento
- Responsabilidade por infrações automatizadas

Biotecnologia

- Patenteamento de genes e organismos vivos
- Acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais
- Bioética e limites da propriedade sobre a vida

Metaverso e Realidades Virtuais

- Direitos sobre bens virtuais e avatares
- Territorialidade em espaços virtuais transnacionais
- Interoperabilidade e portabilidade de criações digitais

Conhecimentos Tradicionais

- Proteção de saberes ancestrais coletivos
- Combate à biopirataria e apropriação cultural
- Reconhecimento de sistemas jurídicos plurais



O Futuro da Propriedade Intelectual no Brasil

Modernização Legislativa

Necessidade de atualizar o marco legal brasileiro para contemplar desafios digitais e alinhar-se às melhores práticas internacionais

Eficiência Administrativa

Aprimoramento dos sistemas de registro e concessão de direitos para reduzir backlog e acelerar a proteção de inovações

Educação e Conscientização

Formação de uma cultura de respeito à propriedade intelectual combinada com compreensão crítica de seus limites e função social

Desenvolvimento Tecnológico

Uso estratégico do sistema de PI para fomentar inovação em setores prioritários e reduzir a dependência tecnológica externa

Proteção Cultural

Valorização da rica diversidade cultural brasileira através de mecanismos adequados de proteção e promoção

Cooperação Internacional

Participação ativa na formulação das normas internacionais de PI, defendendo interesses nacionais e de países em desenvolvimento

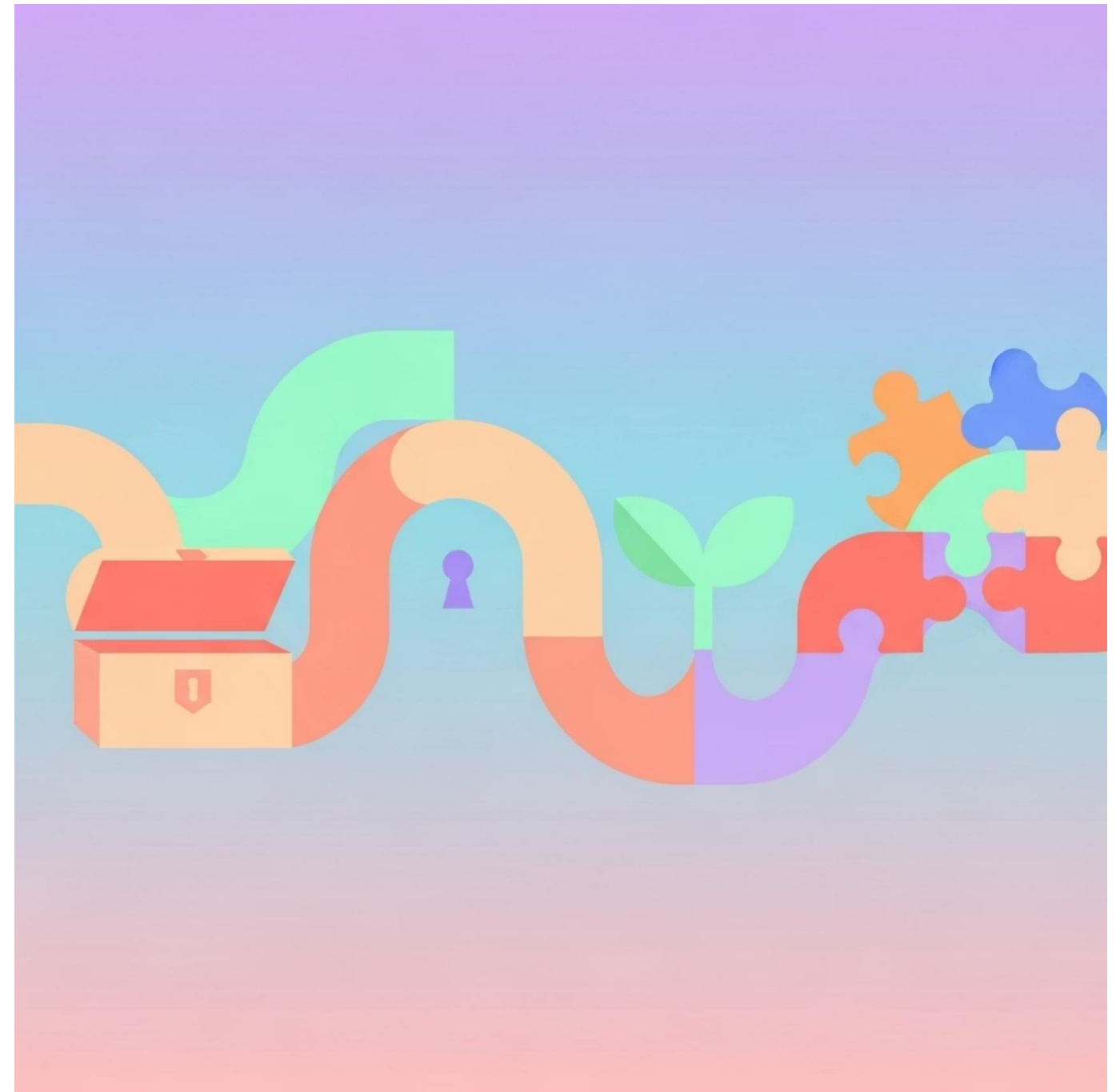
Considerações Finais

O sistema internacional de propriedade intelectual enfrenta o desafio de reinventar-se para a era digital sem perder sua função essencial de equilíbrio entre:

- Recompensa aos criadores e inventores
- Acesso público ao conhecimento e à cultura
- Promoção da inovação e do desenvolvimento
- Preservação da diversidade cultural e tecnológica

Este equilíbrio requer uma abordagem flexível, ética e inclusiva, capaz de responder à complexidade do ambiente digital contemporâneo.

"A propriedade intelectual não é um fim em si mesma, mas um instrumento para promover o bem-estar social através do estímulo à criatividade humana."



Organismos importantes

Propriedade Intelectual: Origem e Formação do Sistema Internacional

Para mais informações:

OMPI

www.wipo.int

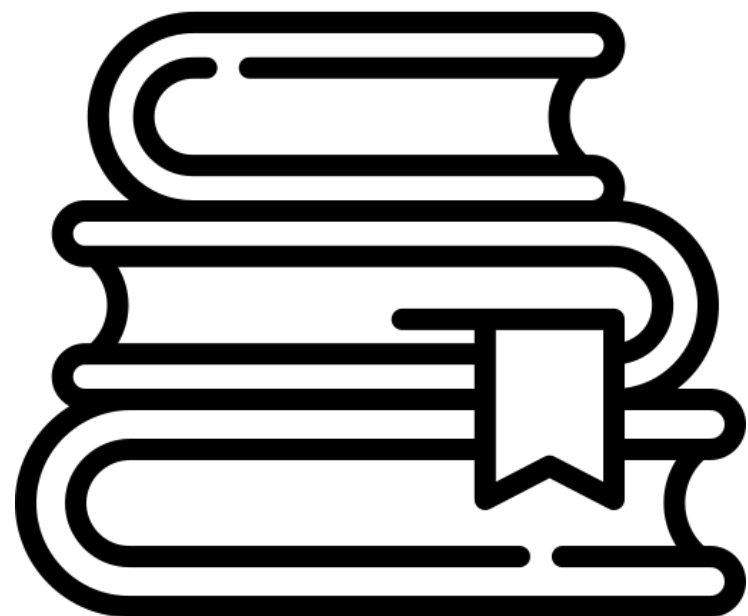
OMC

www.wto.org

INPI Brasil

www.gov.br/inpi

GLOBAL
NETWORK



Referências

- **LEI Nº 9.610/98** – Atualiza e consolida os Direitos autorais no Brasil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm
- **LEI Nº 9.279/9** – Atualiza e consolida os Direitos da Propriedade Industrial no Brasil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm
- **LESSIG, Lawrence** Code: Version 2.0 (2006) Disponível em: <https://gedai.ufpr.br/lawrence-lessig-livro-code-version-2-0/> Acesso em 27 de maio.2025.
- **WACHOWICZ, Marcos.** Cultura digital e direitos autorais: da liberdade artística à IA. Disponível em: <https://gedai.ufpr.br/cultura-digital-e-direitos-autorais-da-liberdade-artistica-a-ia/> Acesso em 10 de junho. 2025.
- **WACHOWICZ, Marcos.** Direito Autoral noções fundamentais. Disponível em: <https://gedai.ufpr.br/direito-autoral/> Acesso em 10 de junho. 2025.
- **WACHOWICZ, Marcos. KRETSCHMANN, Ângela.** Sociedade informacional & inteligência artificial. Curitiba: Ioda, 2025. Disponível em: <https://ioda.org.br/publicacoes/livros/lancamento-da-obra-sociedade-informacional-inteligencia-artificial/> Acesso em: 20 de maio. 2025.
- Estudos de **José de Oliveira Ascensão** sobre direito autoral & sociedade informacional. Disponível em: <https://gedai.ufpr.br/estudos-de-jose-de-oliveira-ascensao-sobre-direito-autoral-sociedade-informacional/>

Vídeos sugeridos



- Qual a Diferença entre DIREITO AUTORAL e DIREITO INDUSTRIAL
 - https://www.youtube.com/watch?v=E8TYLB1A_fc&t=10s
- Obra em Domínio Público tem alguma restrição?
 - <https://www.youtube.com/shorts/qh0rDS-11SM>
- Qual a diferença entre direito autoral e Copyright?
 - <https://www.youtube.com/watch?v=qmV6w3COBfs&t=9s>
- O que é Domínio Público?
 - <https://www.youtube.com/watch?v=l5b2m5BSjyc&t=270s>

Obrigado!

E-mail: marcos.wachowicz@gmail.com

Site: www.gedai.ufpr.br

